



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12091 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA PRÁTICA EDUCATIVA:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A LEI 10.639/03 NO ENSINO DE QUÍMICA

Thamiris Anacleto Basilio - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: Representações subalternizadas foram historicamente direcionadas ao Continente Africano, propulsionando várias distorções que foram sendo criadas, difundidas e ensinadas as gerações como verdades irrefutáveis. Segundo Nascimento (2008) perpetuou-se a imagem do negro primitivo, incivilizado, sem intelecto e que, portanto, seria incapaz de trazer contribuições para o desenvolvimento do meio tecnológico ou científico. Convém salientar que os negros sempre estiveram à frente de vários desenvolvimentos tecnológicos e científicos, em diferentes áreas como a medicina, arquitetura, filosofia, matemática, astronomia, entre outros. Apesar disso, historicamente estiverem ausentes de reconhecimento social, por haver apenas uma interpretação da história, sob a perspectiva dos colonizadores europeus. Portanto, compreende-se que ao recuperar a história e reinterpretá-la, lutando contra a afirmação da falta de contribuição dos negros por questões econômicas, sociais, políticas e cognitivas, se rompe com essa inferioridade que lhes é destinada (NASCIMENTO, 2008). Os padrões hierárquicos construídos, assim como a reprodução do racismo, tiveram reflexos na ciência, ao considerarem os europeus como os únicos responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Porém, como um construto humano, a ciência teve a participação de vários povos e não apenas de uma única matriz (SILVA; PINHEIRO, 2019). Em oposição a essa marginalização, o Movimento Negro, atuou como ator político e educador, produzindo saberes, colocando as políticas públicas em debate e assumindo o compromisso na luta pela busca por situações igualitárias, democráticas e justas para toda a população negra (GOMES, 2017). Como resultado das lutas dos Movimento Negro ao longo dos anos, foi promulgada a Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino. Esta lei, abriu caminhos para apresentar a ciência de matriz africana, de modo a reinterpretar a história oficial. É válido ressaltar que a Lei nº 10.639/03 não se restringe apenas as áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira,

mas abrange todo o currículo escolar. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de inserir a temática da Educação das Relações Étnico-raciais, de forma a implementar a Lei nº 10.639/03, no Ensino de Química. O currículo eurocentrado, apresentou uma ciência exclusivamente construída pelos brancos, mas a lei nº 10.639/03 possibilita apresentar a ciência de matriz africana. Sendo assim, torna-se possível romper com a epistemologia curricular, reconhecendo a produção e participação dos negros para os conhecimentos que foram construídos no decorrer dos anos. Quando a escola insere a discussão de modo a apresentar a valorização e o reconhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana, faz com que os alunos reaprendam sobre essas diferenças socioculturais de modo a compreender suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, marcada pelas riquezas multiculturais e pluriétnicas (SANTOS; NETO, 2011). A respeito a essas diferenças, Nascimento (2008) aponta que estas não precisam ser eliminadas e não devem ser transformadas em desigualdades. Contudo, é necessário trabalhá-las de modo a enaltecer a identidade nacional impulsionando um convívio harmonioso, respeitoso e pacífico. Nesta perspectiva, partimos do pressuposto que a EREER trata de uma descolonização do currículo ao inserir a História e Cultura Afro-brasileira e africana, considerando as diferenças, as diversidades, sejam elas culturais, sociais ou identitárias (GOMES, 2005). O levantamento do debate sobre as propostas curriculares pelo movimento negro, propõe uma descolonização curricular, de maneira a valorizar as epistemologias africanas. Concordamos com Alvino (2017, p.49) que a descolonização requer mudanças nas práticas pedagógicas, pois resulta em questionamentos sobre a “hegemonia da monocultura científica”, além de modificações nos materiais didáticos. Desta forma, esta pesquisa, que se encontra em andamento, tem como objetivo analisar o ensino de química a partir da Lei nº 10.639/03 em uma escola estadual de ensino médio no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Para tanto, questionamo-nos: como se caracteriza o ensino de química a partir da Lei nº 10.639/03 em uma escola estadual de ensino médio no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES? Para responder o problema de pesquisa e atingir os objetivos, desenvolvemos uma pesquisa de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso. A escolha da abordagem qualitativa, deve-se por que tais questões correspondem a um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, constituídos por profundas relações que não podem ser quantizadas (MINAYO, 2009). Além disso, esse estudo se caracteriza como o estudo de caso, por envolver a análise e descrição, apresentando um aprofundamento detalhado de um caso significativo que possui determinadas características que o torna atípico (PEREIRA et al., 2018). Como instrumentos de coleta de dados propomos a observação, o diário de campo, a consulta documental e a entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa são os professores, o diretor e a pedagoga da escola. Para análise dos dados, elegeu-se a análise de conteúdo que “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p.38). A partir de uma revisão de literatura, que resultou em 16 trabalhos encontrados relacionados a temática, percebeu-se que no decorrer desses 18 anos foram desenvolvidos poucos trabalhos sobre essa temática, evidenciando a necessidade de se articular o conhecimento científico com as questões étnico-raciais de forma a promover a

construção de conhecimentos antirracistas.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais; ensino de química; políticas públicas de ações afirmativas, currículo.

REFERÊNCIAS

ALVINO, Antônio César Batista. **Estudos sobre a educação para as relações étnico-raciais e a descolonização do currículo de química**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Química). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: OUANE, Adama; MELO, Alberto; SHEPARD, Dalila; GRIGSGY, Katherine; FÁVERO, Osmar; HENRIQUES, Ricardo. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação/ Nilma Lino Gomes**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Crítica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo negro, 2008.

SANTOS, Marzo Vargas dos; MOLINA NETO, Vicente. Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 516-537, 2011.

SILVA, Arlene Santos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Químics negros e negras do século XX e o racismo institucional nas ciências. **Revista Exitus**, v. 9, n. 4, p. 121-146, 2019.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PEREIRA, Fábio José; SHITSUKA, Ricardo. **Metodologia do trabalho científico**. 1.ed. - Santa Maria: UAB / NTE / UFSM, 2018.